

**CULTURA HISTÓRICA E HISTÓRIA PÚBLICA NA
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:
O CASO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA
DA FCL DA UNESP, CAMPUS DE ASSIS**

**HISTORICAL CULTURE AND PUBLIC HISTORY IN THE
CURRICULARIZATION OF UNIVERSITY EXTENSION:
THE CASE OF THE HISTORY DEGREE COURSE AT
FCL, UNESP, ASSIS CAMPUS**

Thiago Granja Belieiro¹
Ronaldo Cardoso Alves²
Luciana Marinho Evangelista³

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir as relações entre Cultura Histórica, História Pública e as questões que envolvem a formação de professores de História atinentes à Curricularização da Extensão Universitária. Em uma contemporaneidade marcada pela presença do passado e da História na esfera pública, de forma cada vez mais acentuada, o texto traz a argumentação de que a construção de uma Cultura Histórica, subsidiada pela Teoria da História e pela Didática da História, pode oferecer soluções epistemológicas para suprir as demandas de orientação temporal de estudantes da educação básica e da superior, além da sociedade como um todo. Para tanto, reflete-se a respeito de como a curricularização da extensão, amparada nesses elementos teóricos, pode contribuir para a formação qualificada dos estudantes, com foco na pesquisa histórica e na formação da consciência histórica,

¹ Professor Assistente Doutor na área de Teoria e Filosofia da História no Departamento de História da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Assis. Doutor e Mestre em História pela mesma instituição e Graduado em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Desenvolve pesquisas sobre a História da Historiografia do Ensino de História em convergência com a Teoria da História e é membro do grupo de pesquisa Temporalidades Históricas. E-mails: thiagobeli@hotmail.com

² Livre-Docente em Educação e Ensino de História pela UNESP (2024). Professor Associado do Departamento de Educação da UNESP, campus de Assis, e docente dos Programas de Pós-Graduação em História da UNESP e da UEL. Doutor em Educação pela USP, com estágio na Universidade do Minho (Portugal). Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Didática da História (LEPEDIH - UNESP). E-mails: rc.alves@unesp.br

³ Professora Assistente da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Assis. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Coordena o Centro de Tecnologias e Humanidades #Veredas_Digitais (FCL-Assis) e o Programa Núcleo de Ensino da UNESP local. É pesquisadora do LEPEDIH (UNESP) e do GPEH (UENP), com ênfase em Ensino de História e Imagem. E-mails: luciana.fm.evangelista@unesp.br.

demonstrando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Por fim, o artigo apresenta um projeto de extensão desenvolvido no Curso de Licenciatura em História da UNESP/Assis, com descrição de parte da metodologia empregada baseada em atividades de mediação histórica em equipamentos culturais, de maneira a demonstrar as potencialidades que a curricularização da extensão oferece, seja para a qualificação da formação de professores, seja para a construção da consciência histórica de diferentes públicos, em especial, de estudantes da educação dos anos iniciais do ensino fundamental. Conclui-se que a articulação entre Teoria da História e Didática da História, na prática extensionista, é fundamental para consolidar a figura do professor-pesquisador apto a intervir cientificamente nos usos públicos do passado.

Palavras-chave: Cultura Histórica; História Pública; Extensão Universitária; Pesquisa Histórica; Consciência Histórica; Didática da História

Abstract: This article aims to discuss the relationships between Historical Culture, Public History, and the issues surrounding the training of History teachers relevant to the curricularization of University Extension. In a contemporary world marked by the increasingly pronounced presence of the past and History in the public sphere, the text argues that the construction of a Historical Culture, supported by the Theory of History and Didactics of History, can offer epistemological solutions to meet the temporal orientation demands of students in Basic and Higher Education, as well as society as a whole. To this end, it reflects on how the curricularization of extension, supported by these theoretical elements, can contribute to the qualified training of students, focusing on historical research and the formation of historical consciousness, demonstrating the inseparability of teaching, research, and extension. Finally, the article presents an extension project developed in the History Degree Course at UNESP/Assis, describing part of the methodology employed, based on historical mediation activities in cultural facilities, in order to demonstrate the potential offered by the curricularization of extension, both for the qualification of teacher training and for the construction of historical consciousness among different audiences, especially students in the early years of elementary education. It concludes that the articulation between History Theory and Didactics of History in extension practice is fundamental to consolidating the figure of the teacher-researcher capable of scientifically intervening in the public uses of the past.

Keywords: Historical Culture; Public History; University Extension; Historical Research; Historical Consciousness; Didactics of History

É inegável que a História e o conhecimento histórico estão cada vez mais em evidência nas primeiras décadas do século XXI, pois, paradoxalmente, desde o final do século passado, intelectuais, como Eric Hobsbawm, falavam em uma aceleração da História que nos teria colocado em um presente contínuo

(Hobsbawm, 1995) e François Hartog aventava que estamos inseridos em um regime presentista de historicidade (Hartog, 2013). Talvez por isso mesmo é que estamos observando, no campo da Teoria da História, a ascensão de um paradigma da presença do passado (Gumbrecht, 2004, Bevernage, 2008) cada vez mais evidente na esfera pública. Evidência que pode ser muito bem representada pelo avanço da História Pública no país, movimento acadêmico acompanhado de inúmeras discussões e tensões em torno do passado e da história brasileira nos últimos anos.

Nesse cenário, ao propormos a discussão a respeito do processo de construção de projetos de extensão universitária referenciados, epistemologicamente, na relação entre Teoria da História e Didática da História, objetivamos apresentar possíveis “horizontes de expectativa” a partir da interpretação acurada do “espaço de experiência” (Koselleck, 2006) da formação de professores do Curso de Licenciatura em História da UNESP/Assis, com vistas a demonstrar a importância da construção de uma mentalidade docente que promova uma autorreflexão profissional estrutural e contínua. Mentalidade geradora de práticas teoricamente elaboradas, cujas premissas científicas da pesquisa, do ensino de História e da extensão contribuam com a conscientização de professores e estudantes da educação básica, de forma a estes terem autonomia crítica, social e histórica acerca das questões sensíveis da contemporaneidade que envolvem o passado e a História na universidade, na escola e na sociedade.

Nesta contemporaneidade, na qual a História tem se transformado, ideologicamente, num campo de disputas narrativas, firmadas em memórias comumente reproduzidas sem passarem pelo crivo da ciência histórica, é premente a necessidade de uma formação docente que interprete, efetivamente, as carências de orientação temporal (Rüsen, 2001; 2010). Num país tão desigual quanto o Brasil, é urgente e necessário prover ações mediadas, teórica e metodologicamente, em que a construção autônoma de consciência histórica contribua para pessoas e grupos refletirem acerca da(s) cultura(s) histórica(s) coexistentes na esfera pública.

Isso não é novo. A “febre” por História, que Nietzsche apontou como verdadeira doença do seu tempo, na sua *Segunda consideração intempestiva* (1874) conhece um recrudescimento sem paralelo nas primeiras décadas do século XXI, revelando, mais de 150 anos depois, que o caráter extemporâneo das reflexões do filósofo de fato parecem pertencer muito mais ao nosso tempo do que ao dele. É necessário concordar, portanto, com muitas das “utilidades”, mas também das “desvantagens”, da História para a Vida, sobretudo, para a vida pública neste início do século XXI.

A ascensão da História Pública no cenário internacional, desde a década de 1970, e no Brasil, nas últimas duas décadas (Belieiro, Meinerz, 2026), mostra-se reveladora dessa “febre” por História em nossa contemporaneidade (Cauvin, 2019) bem como evidencia forte interesse pelo passado (Rosenzweig, 1998) e pela memória (Hussey, 2000) que tencionam a cultura histórica. Ao criarem novas formas de relacionamento com o passado, tais movimentações em torno da cultura histórica estabelecem novos parâmetros pelos quais determinamos experiências com o tempo e com o espaço ao mesmo tempo que criam disputas políticas em torno da consciência histórica de sujeitos, atores e grupos sociais, notadamente, por meio do revisionismo histórico negacionista (Oliveira, 2020).

A regulamentação da profissão do historiador, com a promulgação da lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020, traz novas atribuições a esse profissional que ultrapassam a docência e a pesquisa histórica, pois incluem atividades que colocam o historiador diante das demandas públicas por História, entre elas,

I - magistério da disciplina de História nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, desde que seja cumprida a exigência da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB quanto à obrigatoriedade da licenciatura; II - organização de informações para publicações, exposições e eventos sobre temas de História; III - planejamento, organização, implantação e direção de serviços de pesquisa histórica; IV - assessoramento, organização, implantação e direção de serviços de documentação e informação histórica; V - assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos para fins de preservação; VI - elaboração de

pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos (Brasil, 2020).

Para além de garantir, aos portadores de diploma de ensino superior em História, uma atuação regulamentada nas atividades que envolvem as inúmeras manifestações da cultura histórica na contemporaneidade, a lei também parece relacionar-se com o papel assumido pelos historiadores diante da ascensão da História Pública. Assim, os historiadores acadêmicos devem tomar posição na esfera pública de modo a garantir que se mantenha “a crítica permanente do que se veicula como historiografia, pois se trata da formação da consciência histórica de homens e mulheres”, consciência formada por meio da “disseminação do saber histórico e das instâncias de legitimação desse saber” (Malerba, 2014, p. 43).

Com isso, busca-se a formação da consciência histórica valendo-se dos saberes historiográficos produzidos cientificamente pelos profissionais da História por meio da operação historiográfica, sendo, nas palavras de Jurandir Malerba, “imperiosa” a necessidade de historiadores acadêmicos terem “cuidado com o ensino e as práticas didáticas” e assumirem a “dimensão pública de sua atividade” (Malerba, 2014, p. 43). A nosso ver, tal movimento redimensiona a formação de professores de História, em que os “saberes para ensinar”, saberes epistemológicos e historiográficos, (Caimi, 2015) assumem maior importância na formação dos professores de História.

Destarte, com as novas diretrizes curriculares para a formação de professores – asseveradas pela resolução CNE/CES nº 07/2018, referente à curricularização da Extensão Universitária, atualizada pela resolução CNE/CP nº 04, de 30 de maio de 2024, em processo de implantação pelas IES de todo o país –, a formação de historiadores e professores de História passou a incluir a extensão universitária como parte integrante de seu processo. Com a lei, a extensão universitária tornou-se parte do currículo obrigatório dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História, colocando o acadêmico em formação diante das demandas sociais pelo conhecimento histórico na cultura histórica contemporânea.

Desse modo, a curricularização da extensão universitária, juntamente com ascensão da História Pública e a regulamentação da profissão do historiador, tem potencial de redimensionar a formação dos professores de História, em que “os saberes para ensinar” ganham importância no atendimento das demandas da sociedade por uma consciência histórica e um aprendizado histórico cientificamente qualificado. Nesse sentido, entendemos que a *Teoria da História*, enquanto metodologia de pesquisa histórica dos historiadores (Simon, 2019), assume certa centralidade nesse processo, uma vez que a consciência histórica é desenvolvida por meio do aprendizado histórico teoricamente orientado pelos métodos dos historiadores (Rüsen, 2007, p. 95-121). E, mais, a consciência histórica é também uma *Teoria sobre a História* (Simon, 2019) pois permite compreendermos o papel da História na formação da consciência histórica como orientação temporal, de nós mesmos e do mundo, possibilitando que a História possa ser útil e dar sentido para a vida (Alves, 2021).

No texto a seguir, o objetivo central é problematizar essas questões tendo em vista a formação de professores em um *locus* específico, qual seja, o Curso de Licenciatura em História da UNESP/Assis, em uma temporalidade singular, o ano de 2025, momento em que foi desenvolvido o projeto de extensão “*Quando a cultura escreve sua História: História da cultura no município de Assis-SP*”, o qual teve como objetivo central promover ações de extensão dentro da modalidade de divulgação de saberes humanísticos e científicos, fomentando a pesquisa histórica, a consciência histórica e a valorização da história dos espaços culturais do município de Assis por meio da produção de saberes pela própria comunidade envolvida com a cultura na cidade (UNESP, 2025).

Nesse sentido, a Aprendizagem Histórica e a História Pública, com o escopo da Teoria da História (Metodologia dos historiadores), aglutinadas em torno do arcabouço epistemológico da Didática da História, foram os elementos teóricos que subsidiaram o desenvolvimento da curricularização da extensão no Curso de Licenciatura em História em sua relação com a cultura histórica contemporânea. Além disso, esses saberes puderam subsidiar a necessidade de atendermos às demandas da formação discente como professores de História, mas também e, sobretudo, na perspectiva do professor-pesquisador em

História (Ferreira, 2017). Com isso, a hipótese desenvolvida neste texto é a de que essas ações atuam no fomento de uma aprendizagem histórica assentada na Teoria da História e na Didática da História para todos os envolvidos no processo, incluindo discentes da graduação em História, discentes da educação básica e, em especial, dos anos iniciais do ensino fundamental.

O texto está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Inicialmente são discutidos os elementos teóricos conceituais em torno da Cultura Histórica e da curricularização da extensão universitária em Cursos de Licenciatura em História. Na sequência, as discussões teóricas giram em torno da profissionalização do historiador, da História Pública e da curricularização da extensão, apresentando parte do projeto desenvolvido no Curso de Licenciatura em História da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Assis. Por fim, apresentamos um relato de experiência em torno da aprendizagem histórica de estudantes da educação básica realizada pelos discentes da graduação por meio do desenvolvimento do projeto de extensão acima referido.

AS TRÊS DIMENSÕES DA CULTURA HISTÓRICA NA CONTEMPORANEIDADE

Nessa perspectiva, construir conhecimento histórico, por meio da relação entre a pesquisa, o ensino e a extensão, pode prover caminhos para uma conscientização histórica fulcral com vistas à potencialização da interpretação, por parte do alunado, dos diferentes elementos presentes na(s) cultura(s) histórica(s) (co)existente(s) na sociedade contemporânea, pois ela abrange

[...] as diferentes estratégias da investigação científico acadêmica, a criação artística, a luta política pelo poder, a educação escolar e extraescolar, o ócio e outros procedimentos da memória histórica pública, como concretizações e expressões de uma única potência mental. Deste modo, a cultura histórica sintetiza a universidade, o museu, a escola, a administração, a mídia, e outras instituições culturais como conjunto de lugares da memória coletiva, e integra as funções de ensino, de entretenimento, da legitimação, da crítica, da distração, da

ilustração e de outras maneiras de rememorar, na unidade global da memória histórica (Rüsen, 2016, p.56).

Ora, em uma contemporaneidade que tem sido palco para o encontro, mas também, para o confronto de culturas históricas (Alves, 2018), é fundamental a construção do conhecimento, mediada e legitimada pela ciência da História, valendo-se de projetos que considerem a prática de experiências nos lugares da memória coletiva, por meio de diferentes estratégias científicas, artísticas, políticas e pedagógicas, as quais, articuladas, possibilitam a paulatina conscientização histórica acerca das questões sensíveis do nosso tempo.

Nessa perspectiva, projetos de extensão que se valem da ciência da História, com o objetivo de promover a aprendizagem histórica, fiando-se pelo acesso ao passado por meio da experiência direta em equipamentos culturais (museus, bibliotecas, teatros, escolas de arte) tidos como lugares de memória coletiva (Nora, 1993), podem ser interpretados a partir de diferentes estratégias agregadoras de aspectos históricos, artísticos, políticos e educativos. Na prática, tais estratégias geram possibilidades de orientação temporal bem como a autorreflexão a respeito da própria identidade aos futuros e atuais docentes e seus alunos. Em resumidas palavras: consciência histórica.

É por isso que a cultura histórica, tal qual assevera Rüsen, pode ser compreendida como “[...] a articulação prática e operante da consciência histórica na vida de uma sociedade, [pois], como práxis da consciência, tem a ver, fundamentalmente, com a subjetividade humana, com uma atividade da consciência, pela qual a subjetividade humana se realiza na prática e se cria [...]” (Rüsen, 2016, p.57).

Destarte, quando nascem, os seres humanos são atravessados por elementos da cultura histórica que lhes são prescritos, conscientemente, por meio de tradições e modelos de orientação os quais se constituíram, ao longo do tempo, como experiências temporais sedimentadas, subsumidas a instituições religiosas, políticas, sociais, dentre outras. Prescrições que trazem, em seu bojo, a subjetividade humana tornada e tomada como práxis da consciência histórica pela perenidade da vivência cultural. Nesse sentido, quando propõem, por exemplo, um trabalho de extensão nos equipamentos

culturais da cidade, orientados pela pesquisa histórica, os discentes do Curso de História, futuros professores da educação básica, estão, na realidade, valendo-se da ciência da História para refletirem, em primeira instância, a respeito das prescrições da cultura histórica (re)apresentadas naquele lugar de memória, mas também, em segunda instância, sobre as possibilidades de orientação temporal e aspectos identitários da consciência histórica, subsumidos na cultura, a fim de a elas aderirem, rejeitarem, criticarem ou dialogarem.

E esse deslindar meta-histórico, que tem a Teoria da História e a Didática da História como entes hermenêuticos da relação entre cultura histórica e consciência histórica, presentes nos projetos de extensão com vistas ao desenvolvimento de pesquisas e da aprendizagem histórica, pode ser realizado por meio da compreensão das diferentes dimensões da cultura histórica.

A dimensão estética da cultura histórica é constituída pelas diferentes manifestações artísticas criadas pelos seres humanos ao longo da História. A literatura, a fotografia, a pintura, o teatro, o cinema, a arquitetura, a música, dentre outras, representam a produção cultivada pela experiência humana, constituidora de sentido à vida prática. Dotadas de historicidade, tais manifestações foram elaboradas por pessoas, instituições, grupos que apresentaram, ao mundo, pensamentos, ideias, reflexões relacionadas à sua concepção de vida, à sua identidade, à sua maneira de experienciar o tempo, valendo-se da arte (Rüsen, 2016).

Nesse sentido, quando projetos de extensão são desenvolvidos em equipamentos culturais, a produção cultural neles contida, analisada à luz da ciência histórica, pode contribuir para os discentes acessarem o passado, trazendo à memória o que pode vir ao encontro ou de encontro às suas convicções de orientação na vida, bem como para a constituição de identidade, contribuindo, assim, para a construção de consciência histórica.

A dimensão política também se faz presente na cultura histórica, pois está relacionada à historicidade das relações de poder construídas nas diferentes instituições públicas e privadas da sociedade, aos sistemas de governo, às organizações políticas, religiosas, industriais, educacionais e culturais, dentre outras. Tais instituições são formadas pelas experiências humanas, as quais,

trazidas à memória e interpretadas, geram sentido a seus participantes bem como àqueles que se identificam ou não e se orientam, ou não, por suas prescrições (Rüsen, 2016). O olhar da Teoria da História e o da Didática da História sobre os equipamentos culturais podem contribuir para que ambas construam a conscientização histórica acerca das instâncias, camadas e relações de poder existentes nas diferentes temporalidades dessas instituições culturais. Tal olhar, potencializado por uma aprendizagem histórica referenciada em conceitos substantivos e meta-históricos (Lee, 2004), tal qual preconizado pela Educação Histórica, por exemplo, constitui-se em oportunidade ímpar para a formação do pensamento histórico dos estudantes da educação básica, dos discentes do Curso de História em formação e da sociedade como um todo.

Se as dimensões estéticas e políticas observadas, cientificamente, pelos professores em formação, poderão conferir-lhes repertório epistemológico importante para interpretar a relação entre cultura histórica e consciência histórica, a terceira dimensão, a elas entrelaçada, pode potencializar, estruturalmente, os saberes históricos. Assim, a dimensão cognitiva da cultura histórica é a que relaciona as demais dimensões à aprendizagem histórica (Rüsen, 2016). Em uma contemporaneidade composta por plataformas tecnológicas de informação, conectividade, comunicação e tempo histórico acelerados e pela forte presença da História na esfera pública, permeadas e pautadas por usos políticos e ideológicos do passado, sobretudo no ensino de História (Kallas, 2017), é mister criar mecanismos estabelecedores de critérios de plausibilidade e credibilidade que permitam a interpretação do espaço de experiência (Koselleck, 2006), valendo-se de métodos de investigação possibilitadores da construção de parâmetros analíticos do material produzido culturalmente, presentes nos equipamentos culturais.

[...] O tratamento científico das fontes faz encontrarem-se a cultura histórica presente no tempo passado e em seus vestígios e a cultura histórica presente no pesquisador e em seu meio cultural. As regras metódicas funcionam como convenções de garantia para que sejam evitadas a arbitrariedade de um subjetivismo incontrolado e a ilusão de uma objetividade absoluta (Martins, 2007, p.37).

Portanto, quando projetos de extensão oferecem, aos futuros professores de História, o encontro com equipamentos culturais – lugares de memória que compõem e guardam em si a cultura histórica – mediados pelo “pensar o pensamento histórico”, ou seja, pela cognição histórica situada meta-historicamente, possibilitam a assunção do uso de elementos metodológicos da investigação histórica, ou seja, o recorte temporal, a seleção de fontes e informações, o exercício hermenêutico e a construção de narrativas que apresentem perspectivas de orientação temporal bem como o (re)conhecimento de aspectos da identidade em meio à diversidade.

Destarte, a reflexão a respeito da relação entre essas diferentes dimensões para analisarmos o encontro da cultura histórica com a consciência histórica pode demonstrar, ao alunado, os mecanismos criados, representados nos equipamentos culturais, que objetivam a manipulação ideológica, as relações de poder tóxicas, os negacionismos ou mesmo o relativismo moral e ético, os quais pretendem perpetuar uma cultura histórica tradicional branca, eurocêntrica, patriarcal, cristã e heteronormativa sempre existente no mundo ocidental e, em especial, no Brasil.

Isto é uma evidência, de qualquer modo, de que há meios genuinamente estéticos da construção histórica de sentido - e que estes meios desempenham um papel problemático na cultura histórica, no momento em que a ciência e a política disputam junto à arte, seu direito próprio na memória histórica, e a instrumentalizam como uma medida para as suas finalidades (Rüsen, 2016, p. 76).

Por outro lado, tal reflexão pode, de igual modo, possibilitar a criação de propostas de orientação temporal que comportem uma cultura histórica inclusiva, acolhedora das diversidades identitárias cultural, religiosa, racial, de gênero e orientação sexual etc., ou seja, uma concepção de mundo que possibilita que o respeito à dignidade humana, o acolhimento do outro e os princípios de liberdade, igualdade e democracia sejam universalmente vividos.

É possível desenhar um processo histórico universal no desenvolvimento da cultura histórica (um desenho que não generalize simplesmente o modelo europeu de desenvolvimento, mas que possa ser aplicado interculturalmente), e isto de tal maneira, que libere, ao mesmo tempo, a dimensão global do processo de modernidade e a estreiteza do ponto de vista eurocêntrico? Esta pergunta é irrenunciável em uma teoria da cultura histórica que queira ser, ao mesmo tempo, antropológicamente fundamental e um diagnóstico para o presente. E não se poderá chegar de um ao outro sem uma historicização geral (Rüsen, 2016, p. 79).

Nesse sentido, projetos de extensão universitária que considerem o encontro dos referenciais da Teoria da História e da Didática da História, com vistas a promover a formação do pensamento histórico científico e a aprendizagem por ele matizada, possibilitam a relação desse conhecimento com a vida prática, gerando sentido à existência individual e à coletiva. Assim, o tradicional tripé que constitui a universidade – pesquisa, ensino e extensão – pode ser efetivamente vivenciado no processo de formação docente, pois certamente contribuirá para que os estudantes licenciandos, futuros professores de História da educação básica, tenham elementos científicos para aderirem, refutarem, rejeitarem, transformarem e até revolucionarem as prescrições da cultura histórica, conscientemente concebidas para influenciarem o agir temporal humano.

HISTÓRIA PÚBLICA E CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA CULTURA HISTÓRICA

A necessidade de atender às demandas de formação de um novo profissional da História, em especial, a partir da promulgação da lei que regulamentou a profissão do historiador, por um lado, e, por outro, de cumprir a resolução CNE/CES nº 7/2018, implantadora da curricularização da extensão universitária, criou a exigência de reflexão em torno das especificidades das práticas de extensão nos Cursos de Licenciatura e, em nosso caso específico, no Curso de Licenciatura em História da UNESP/Assis.

O debate sobre o papel da extensão na formação superior não é novo, pois encontrou, nas primeiras décadas do século XXI, maior acuidade com a criação da Política Nacional de Extensão Universitária, a partir de 2012, que, entre outras ações, criou diretrizes a serem adotadas nos processos de formulação e implementação das ações de Extensão Universitária. Tais diretrizes podem ser sumarizadas em cinco princípios: “interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e impacto e transformação social” (Barboza, Mariz, 2021, p. 99).

Nesse sentido, a ideia de congregar a “interação dialógica” e a “indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão” bem como de promover “impacto na formação do estudante” e “impacto e transformação social” e, ainda, de atender às demandas de formação desse novo profissional da História nos colocou diante da possibilidade de implementação da extensão universitária do Curso de Licenciatura em História, por meio dos caminhos abertos pela História Pública, mediada pela Teoria da História e pela Didática da História. Campo historiográfico relativamente recente no Brasil (Santhiago, 2018), a História Pública mostrou-se caminho possível para fortalecer a formação dos discentes de graduação nesse cenário de maior complexidade assumida pela cultura histórica na contemporaneidade, em que a dimensão cognitiva da cultura histórica é necessária e urgente. A consciência histórica, como capacidade de orientação temporal, é o elemento teórico que possibilita a passagem da história acadêmica para a História Pública (Albieri, 2011, p. 27).

Quando surgiu, nos Estados Unidos, na década de 1970, a História Pública foi compreendida como a atuação do historiador fora do ambiente acadêmico, notadamente, em instituições como governos, meios de comunicação, empresas privadas, museus, arquivos e bibliotecas, disseminando-se, nas décadas seguintes, para países da Europa, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Rússia e China (Fagundes, 2019, Cauvin, 2019). Com conceituações distintas nos diferentes países em que tem sido praticada, sendo tais desacordos parte da sua própria história (Cauvin, 2019), a História Pública pode ser vista como um “campo novo” com “práticas antigas”, sendo que o “novo” é justamente as

relações que a História agora estabelece com o público na contemporaneidade, reflexo de mudanças nas formas com as quais a sociedade lida com a preservação, investigação, interpretação, estudo, divulgação, utilização e consumo do passado (Cauvin, 2020, p. 08).

O historiador francês Thomas Cauvin, expoente da área, fazendo uso de analogia de uma árvore para definir a História Pública e suas diferentes ramificações, assim se expressa:

Mientras que la historia se há definido tradicionalmente como la interpretación rigurosa y crítica de las fuentes primarias (el tronco), la historia pública es algo más amplio que engloba cuatro partes. Las raíces representan la creación y la conservación de las fuentes; el tronco se corresponde con el análisis y la interpretación de las fuentes; las ramas representan la difusión de esas interpretaciones; y las hojas son los múltiples usos públicos de dichas interpretaciones (Cauvin, 2020, p. 20).

Assim, a “prática antiga” a que se refere Cauvin é aquela concernente à História Ciência, responsável pela interpretação e crítica das fontes primárias, parte integrante da *operação historiográfica*, e processo que “fabrica” o passado por meio de métodos e técnicas de interpretação e crítica das fontes históricas, originando o texto historiográfico na sua forma científica e acadêmica. Assim, o “campo novo”, ao qual se refere Cauvin, é, justamente, a necessidade de tais práticas serem parte de ações públicas que ultrapassem as fronteiras acadêmicas. Desse modo, os historiadores chamados de públicos são aqueles que direcionam suas ações para o ambiente não acadêmico, contribuindo com a sociedade nas ramificações apontadas por Cauvin.

Nesse sentido, historiadores públicos assumem as funções de criação e conservação de fontes; realizam análises e interpretação dessas fontes; difundem essas interpretações para públicos não acadêmicos; e procuram, de certa maneira, serem os mediadores dos múltiplos usos públicos dessas interpretações. Parece-nos claro que, nessa contemporaneidade, a cultura histórica se vê complexificada pela ascensão da História Pública, pois as

demandas advindas da profissionalização do historiador, por um lado, e da curricularização da extensão, de outro, associaram-se, aumentando, sobremaneira, a necessidade de uma formação acadêmica assentada na Teoria da História e na Didática da História, de modo a promover, à sociedade, uma consciência histórica cientificamente orientada.

Desse modo, a novidade da História Pública está assentada na aproximação dos historiadores do ambiente público, abrindo “possibilidades para a construção e difusão do conhecimento histórico de maneira dialógica (entre acadêmicos e não acadêmicos)” (Almeida, 2016, p. 47) e ultrapassando a dimensão da divulgação histórica, normalmente associada a essa modalidade historiográfica. Na prática, a escrita da História produzida e veiculada fora da universidade necessita de níveis científicos e acadêmicos em sua produção, mantendo a “crítica permanente do que se veicula como historiografia” haja vista a proliferação de obras de História produzidas por não especialistas, por um lado, e, por outro, dos riscos políticos e éticos daí advindos (Malerba, 2014, p. 43), diante da existência de discursos historiográficos revisionistas e negacionistas (Oliveira, 2020) que redimensionam e tensionam a consciência histórica na contemporaneidade com claro viés político autoritário (Zimmermann, 2023).

Segundo Cauvin (2019), a participação pública no processo de pesquisa e, ainda, a aplicação da metodologia histórica a situações do presente bem como a comunicação da História para audiências não acadêmicas são as três principais ênfases assumidas pela História Pública, segundo Cauvin (2019, p. 09). Para nossos objetivos em torno da curricularização da extensão, a ideia central é a aplicação de métodos históricos para além da academia bem como a participação do público nas atividades de pesquisa, não excluindo a comunicação dos resultados à comunidade.

No Brasil, ao lado do crescente interesse social pela História e pelo passado, evidenciado pela existência de inúmeras manifestações culturais e políticas no tempo presente, com diferentes usos do passado histórico brasileiro como mote central (Varela, Mollo, Pereira, Mata, 2012), têm se constituído espaços acadêmicos cada vez mais amplificados para a História Pública. No país, a História Pública é vista como um movimento de autorreflexividade, dado

o caráter polissêmico do termo que compreende o fazer e o pensar do próprio campo da História Pública (Santhiago, 2018).

Diante desse cenário, a curricularização da extensão universitária, no Curso de Licenciatura em História da UNESP/Assis, ganhou novo patamar de complexidade quando passamos a considerar as novas demandas colocadas em relação à profissionalização do historiador bem como as diferentes dimensões que a História, a Cultura Histórica e o conhecimento histórico passaram a assumir na sociedade contemporânea. Assim, a História Pública, compreendida nas suas diferentes modalidades, poderia abrir caminhos profícuos para a curricularização da extensão, pois permitiu que os saberes teóricos, normalmente adquiridos ao longo do processo de formação, assumissem dimensões formativas mais práticas, potencializadas por meio da Extensão Universitária, tendo como foco central o Patrimônio Histórico Cultural (Amorin, 2017) do município de Assis-SP, em especial, seus equipamentos culturais como museus, teatros, bibliotecas, escolas de arte e centros culturais.

O percurso teórico acima apresentado subsidiou o desenvolvimento do projeto de extensão *“Quando a cultura escreve sua própria História: História da cultura no município de Assis, SP”*, coordenado pelos docentes Thiago Granja Belieiro e Eduardo Romero de Oliveira, do Departamento de História da UNESP/Assis. Desse modo, a pesquisa histórica empreendida pelos discentes no processo de execução desse projeto de extensão possibilitou, aos estudantes do Curso de História, o contato direto e prático com a dimensão cognitiva da Cultura Histórica, realizando atividades de pesquisa e ensino no âmbito da curricularização da extensão universitária e promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Na prática, foi criada uma cultura de curricularização da extensão universitária calcada na Cultura Histórica, na História Pública e na Teoria da História.

Na prática extensionista desenvolvida nesse projeto, o patrimônio cultural da cidade de Assis foi tomado como parte integrante da História Pública e como “fator de indução do conhecimento da História”, entendido como espaço de pesquisa e “instrumento de ensino” (Meneses, 2018, p. 3). Para tanto, procurou-se o desenvolvimento de atividades de pesquisa histórica, estimulando um

processo de observação, de registro crítico e de busca de significação e, por que não, de consciência histórica, por meio da historicização do patrimônio, ou seja, convertendo os equipamentos culturais em objeto de pesquisa histórica desenvolvida no âmbito da curricularização da extensão. As etapas dessa atividade foram realizadas considerando o nível de complexidade da tarefa de acordo com o ano de graduação dos estudantes.

Nesse sentido, os estudantes dos 1º, 2º e 3º anos do Curso de História foram divididos em grupos, tendo em vista as diferentes etapas da pesquisa histórica e patrimonial. No primeiro semestre, os estudantes do 1º ano realizaram a **Identificação Patrimonial**, com a descrição arquitetônica dos equipamentos culturais, bem como **Identificação Geral de Acervos**, com identificação e quantificação de objetos e obras de valores artístico e histórico, realizando, ainda, a identificação e quantificação de fontes históricas. No segundo semestre, por sua vez, as turmas do 1º ano realizaram entrevistas com artistas, professoras e mulheres negras, dentro da metodologia da **História Oral**, produzindo conhecimento histórico qualificado acerca de sujeitos direta ou indiretamente ligados aos equipamentos culturais.

Os estudantes do 2º ano, por sua vez, realizaram no primeiro semestre a atividade de **Descrição Arquivística** de fontes históricas, a partir dos dados coletados pelos alunos do 1º ano, no primeiro semestre. Assim, o 2º ano deu continuidade ao trabalho realizado pelo 1º ano, dentro da maior complexidade que compreende a **descrição e catalogação de fontes históricas**. Essa turma também realizou a **Catalogação de Objetos e Obras** de valores artístico e histórico, também em continuidade ao trabalho realizado pelo 1º ano. No segundo semestre, esses estudantes do 2º ano também fizeram a **Crítica documental de fontes históricas**, realizando a localização, autenticação e catalogação de fontes históricas acerca dos equipamentos culturais presentes no CEDAP, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa “Profa. Dra. Anna Maria Martinez Corrêa”, do campus da UNESP/Assis.

Os discentes do 3º ano realizaram, no primeiro semestre de 2025, a atividade de **Crítica Documental de fontes bibliográficas**, localizando, autenticando e catalogando fontes bibliográficas, livros, dissertações e teses,

que tinham Assis e seus diferentes equipamentos culturais como tema central das obras. Foi realizado o trabalho com 65 obras diferentes, dispersas nas bibliotecas da cidade e no campus da UNESP. No segundo semestre, os discentes do 3º ano, munidos da documentação produzida pelos discentes do 1º e do 2º ano, realizaram a **Produção de textos informativos para monitorias escolares**, mediando, por meio do conhecimento histórico científico, as visitas escolares que são parte dos **Estudos do Meio**, discutidas na terceira seção deste texto. Por fim, esses estudantes ficaram responsáveis pela **Produção de Exposição** sobre mulheres negras, educadoras e artistas, a partir da pesquisa desenvolvida pelas turmas do 1º ano.

Os princípios teórico-metodológicos da História Pública serviram de amálgama teórico para as ações desenvolvidas no âmbito da curricularização da extensão do Curso de História, atuando diretamente na formação dos discentes de graduação.

ENSINAR HISTÓRIA NA CULTURA HISTÓRICA EXTENSIONISTA

As atividades de pesquisa histórica, realizadas no ano de 2025, terão continuidade nos três anos seguintes de desenvolvimento da curricularização da extensão universitária do Curso de História da UNESP/Assis. Descrevemos, na seção anterior, uma parte inicial da pesquisa histórica sobre os equipamentos culturais do município de Assis. Essa parte compreende a localização, organização e catalogação de fontes históricas e bibliográficas acerca desses espaços, caracterizando a heurística, parte fundamental da pesquisa histórica, caracterizada pela organização documental. Ao mesmo tempo, o projeto desenvolveu atividades de descrição, organização e catalogação de acervos de obras e objetos históricos, parte integrante da metodologia de trabalho com patrimônio cultural. Por fim, foi produzido material didático e realizada a mediação de visitas escolares de forma a subsidiar um trabalho de formação de consciência histórica mediada pela Didática da História.

Nessa perspectiva, a atuação em equipamentos culturais como mediadores constituiu na atuação e formação inicial de estudantes do 3º ano de História, no

segundo semestre de desenvolvimento das atividades de curricularização da extensão do curso. Ficou definido que seriam organizadas exposições com eixo central na temática "Mulheres". O objetivo era valorizar a memória e a trajetória de mulheres negras, artistas e educadoras nas mediações voltadas para visitas de discentes da educação básica matriculados nas escolas municipais da cidade. Voltadas, especialmente, a discentes do ensino fundamental I, as mediações foram pensadas em interlocução com o público infantil, o que exigiu a elaboração de estratégias de ensino afinadas com a aprendizagem histórica e com a construção de empatia histórica (Lee; Dickinson; Ashby, 1996).

A preferência por esse público ancorou-se nas reflexões de Andressa G. P. Oliveira e na teoria de Jörn Rüsen, especialmente na ampliação dos modos de se conceber a experiência de crianças com o conhecimento histórico e, por consequência, da defesa do seu ensino de História para os sujeitos dessa faixa etária. Nessa direção, assumimos a importância do ensino de História como espaço privilegiado para as crianças desenvolverem o pensamento histórico, orientarem-se no tempo e reagirem criticamente a visões estereotipadas do passado (Oliveira, 2019, 2020) a partir de aulas de História nas séries iniciais. Como ponderou Oliveira,

As proposições identificadas nesses trabalhos rompem com a concepção de criança constituída apenas por sua perspectiva biológica. A dimensão da experiência não é tomada como a realidade imediata, como limitação ao arcabouço cultural já apropriado. No campo do ensino de história, a perspectiva que tem buscado investigar as características da consciência histórica, suas relações com a cultura histórica e pensar processos de aprendizagem que intervenham nas carências de orientação temporal dos sujeitos, tem demandado a ampliação do conhecimento sobre esses sujeitos. (Oliveira, 2019, p. 255)

Ademais, convém salientarmos que as discussões desenvolvidas nas oficinas estiveram intrinsecamente vinculadas às aulas da disciplina de Metodologias do Ensino de História II, ministrada pela docente Luciana de Fátima Marinho Evangelista, do Departamento de Educação da UNESP/Assis,

que problematizou as intersecções de gênero, raça e classe e os desafios para a aprendizagem histórica. Além disso, partimos da perspectiva dos saberes docentes, conforme proposto por Flávia Eloisa Caimi, que elenca três eixos fundamentais a serem mobilizados na docência em História: os saberes a ensinar, circunscritos à historiografia e à epistemologia; os saberes para ensinar, que abrangem as dimensões da didática e da cultura escolar; e os saberes do aprender, sensíveis aos processos de cognição e à formação do pensamento histórico dos alunos (Caimi, 2015, p. 112).

Sob essa ótica, buscamos sensibilizar os graduandos e as graduandas quanto ao fato de que a curadoria da exposição e sua mediação didática deveriam se constituir pela articulação entre as especificidades dos equipamentos culturais, a logística das visitas e a singularidade da aprendizagem histórica na infância.

Nesse sentido, foram realizadas duas oficinas com a seguinte configuração: a primeira dedicou-se a investigar as especificidades da presença de crianças em museus e equipamentos culturais e as adaptações necessárias nesses locais. A segunda oficina, por sua vez, propôs refletir sobre exposições, no Brasil, que assumiram a história e memória de mulheres como temática.

A primeira oficina estruturou-se em torno da seguinte problematização: o desafio de ensinar História para estudantes das séries iniciais em contextos não formais. A partir desse eixo, delinearam-se os objetivos da ação, que buscou, primordialmente, a formação geradora de interesse no público infantil por espaços museológicos e equipamentos culturais, assim como preparou os e as estudantes da graduação para mediar ações comprometidas com o desenvolvimento do pensamento histórico e empatia histórica das crianças.

Além disso, também foi enfatizado que o acesso aos equipamentos culturais é direito fundamental, conforme as reflexões de Maria Isabel Leite, nas seguintes palavras:

[...] dois pressupostos que se constituem como pano de fundo da tessitura a ser desenvolvida: o primeiro, de que o acesso aos museus e demais equipamentos culturais é direito inalienável de todos os cidadãos, garantido

constitucionalmente como direito de acesso à educação e a cultura; e o segundo, é que entre esses todos os cidadãos” supracitados, encontram-se as crianças desde bebês. Portanto, o texto vai defender o entendimento de criança como público museal, não apenas possível, mas desejado. (Leite, 2010, p. 01).

A partir do seu estudo, “O museu e a criança, relações”, Maria Isabel Leite foi interlocutora importante durante a primeira oficina, pois seu trabalho ofereceu diretrizes para a realização de uma curadoria voltada ao público infantil. Suas orientações enfatizaram a atenção necessária que a comunicação expográfica requer, ou seja, a consideração das necessidades de uma criança desde a organização dos fluxos espaciais e a escala das mensagens escritas até a visibilidade das obras (estrategicamente ajustadas à altura do olhar do público infantil) e o respeito ao seu tempo particular de fruição (Leite, 2010, p. 03).

Simultaneamente, destacamos a necessidade de articular interatividade, ludicidade e fantasia do real ao ambiente museal. Sob a ótica de Leite, o aprendizado na infância ocorre na interação com o outro e por meio do ato de brincar, compreendido como ação social e transformadora. A ideia de reiteração ganhou centralidade ao reconhecermos que o tempo da criança é recorrente e permanentemente reinventado; que cada repetição, embora pareça igual, carrega algo de inaugural. Além disso, essa compreensão valoriza o papel do imaginário, pois é por meio da fantasia que a criança estabelece sua conexão sensível e crítica com o mundo ao seu redor (Leite, 2010, p. 02). A partir dessas premissas, a oficina destacou a importância do levantamento de conhecimentos prévios e da intervenção pedagógica.

A oficina também analisou experiências expositivas na cidade de São Paulo dedicadas ao universo feminino, ampliando o olhar para além do contexto local. Foram exploradas iniciativas como as seguintes exposições: 1) “Homenagem à Carolina de Jesus”, em 2005, no Museu Afro-Brasil; 2) “História das Mulheres Artistas”, em 2019, no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP); e 3) “Mulheres Radicais”, em 2018, na Pinacoteca de São Paulo.

Como etapa conclusiva, uma atividade foi proposta voltada à concepção da exposição. Com base nos aportes teóricos de Flávia Caimi e Maria Isabel Leite,

os estudantes foram desafiados a selecionar uma mulher da cidade de Assis-SP para ter sua trajetória investigada e problematizada em uma exposição. Tal atividade possibilitou a elaboração de perguntas que estimularam a curiosidade e dialogaram com o cotidiano das crianças para a sondagem de ideias prévias. Além disso, tornou possível o desenvolvimento de estratégias de experimentação que incluíram etapas lúdicas (como jogos, desenhos) as quais favoreceram a conexão da biografia escolhida às realidades social, escolar e comunitária do público infantil.

Em 2017, a escritora Conceição Evaristo foi homenageada, pelo Itaú Cultural, com a exposição “Ocupação Conceição Evaristo” e a segunda oficina se pautou nessa ação. A escolha desse exemplo se deveu à densidade de materiais publicados sobre essa autora, que incluem um catálogo detalhado da exposição e o Zine Camundongo. Este último foi explorado como uma ferramenta eficaz de mediação para o público infantil, traduzindo conceitos complexos de negritude e “escrevivência” por meio de linguagem lúdica e afetiva.

Na oficina, o catálogo da exposição foi mobilizado a partir de sua proposta curatorial de apresentar a trajetória de vida de Conceição Evaristo e a relevância desta para a literatura em uma organização não linear. A iniciativa celebrou a trajetória e a obra da escritora mineira, nascida em 1946, na favela do Pindura Saia, em Belo Horizonte, e destacou como Conceição Evaristo construiu um caminho marcado pela superação e voltado para a “escrevivência”, ou seja, escrita que nasce das vivências e do cotidiano, transformando o campo afetivo e a realidade das mulheres negras em matéria literária (Itaú, 2017a).

Por seu turno, o formato lúdico do *Zine Camundongo* #12 possibilitou evidenciar a construção de estratégias para envolver o público infantil na exposição. Destacamos como a publicação, mesmo dotada de ludicidade, não deixou de tocar em temas difíceis, como quando, na seção “Conceição por Conceição”, constam falas da escritora: “Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar, eu digo um pouco...” (Itaú, 2017, p. 2b), ou, ainda, quando o poema *Vozes Mulheres* é apresentado no item “Conceição poeta”, acompanhado da seguinte problematização:

Gostou? O poema conta a história difícil da família de Conceição. Ele fala sobre a bisavó, a avó, a mãe e a filha. E você? Conhece a história de seus bisavós? Será que eles também chegaram de navio ao Brasil? Como foi a vida de seus avós? Pais? Como é a vida de seus? E como será que vai ser a vida de seus filhos, hein, hein? (Itaú, 2017b, p. 3).

Essa iniciativa do *Zine* exemplificou modos acessíveis de se discutir o racismo e o machismo estruturais. Afinal, ao mobilizar o poema *Vozes-mulheres* e outras narrativas de Conceição Evaristo que evocam experiências de opressão e resistência, o *Zine* demonstrou como problematizar, desde a infância, formas de discriminação que não são pontuais, mas estruturais, atravessando instituições, práticas sociais e relações cotidianas (Bento, 2022; Saffioti, 2004).

Ademais, esse tipo de abordagem foi importante para o desenvolvimento da oficina, tendo em vista que foi ao encontro dos objetivos do projeto de extensão universitária de formar para a crítica das culturas históricas tradicionais branca, eurocêntrica, patriarcal, cristã e heteronormativa, mas também por evidenciar o potencial da literatura como linguagem sensível para a construção da empatia histórica, pois o poema favorece a aproximação com sujeitos e temporalidades diversas, favorecendo a compreensão do outro em sua historicidade. Por outro lado, tal prática dialoga com a concepção da Didática da História, na perspectiva de Jörn Rüsen, pois suscita a formação histórica, a partir do aprimoramento da produção de sentido para a vida, à medida que possibilita às crianças orientarem o agir na vida prática, ao articularem passado e presente para interpretar experiências sociais e posicionar-se diante delas (Rüsen, 2007, p. 103-104).

Tais abordagens, voltadas à empatia histórica e ao pensamento histórico, também foram identificadas na seção "Quero saber tudo!", pois o material lúdico convidou o público infantil a se apropriar da "escrevivência" e criar sua própria narrativa histórica. Afinal, o material indagou sobre o acontecimento mais marcante da vida das crianças e as estimulou a refletir sobre o teor emocional das palavras que escolhem para expressar tristeza ou dialogar com seus pares, a partir das seguintes orientações: "Qual é a coisa mais importante que já

aconteceu na sua vida? Você me conta? [...] Ah, me diga, também, quais palavras você usa pra dizer que está triste? [...] E quais palavras você usa para falar com seus amigos e amigas?” (Itaú, 2017b, p. 6).

Na análise do *Zine* observamos, por um lado, uma estética lúdica composta por letras coloridas e ícones que remetem ao universo afetivo da infância, como notas musicais, animais e figuras de avós, e, de outro lado, atividades que incentivam as crianças a desenvolver narrativas históricas a partir de temáticas difíceis referenciadas na história de mulheres e suas interseccionalidades de raça e classe.

Simultaneamente nessa etapa do ciclo formativo, foram destacadas as trajetórias de outras mulheres que se tornaram exemplos de sucesso e resistência em suas áreas. Nesse sentido, Rosana Paulino, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, Beatriz do Nascimento e Benedita S. da Silva Sampaio foram apresentadas como mulheres inspiradoras. Desse modo, buscou-se, na oficina da curricularização, a construção de perspectiva histórica plural, inclusiva e interseccional. Concluída a fase das oficinas formativas, o projeto da curricularização da extensão avançou para sua dimensão expositiva, na qual os estudantes da graduação se envolveram diretamente com a curadoria e com a mediação de crianças dos anos iniciais do ensino fundamental.

Em novembro de 2025, ocorreram as exposições que contaram com visitas de estudantes de séries iniciais do ensino fundamental, provenientes de escolas municipais. Para tanto, houve articulação com a Secretaria Municipal de Educação de Assis-SP, à qual couberam a divulgação da iniciativa e a estruturação de um cronograma logístico que assegurou o deslocamento das crianças aos equipamentos culturais da cidade durante a realização das atividades. A mostra se subdividiu em três contextos expositivos, sendo eles assim distribuídos: 1) “Mulheres Educadoras”, na Biblioteca Municipal; 2) “Mulheres Artistas”, no Museu de Arte Primitiva (MAPA); e 3) “Mulheres negras”, no Galpão Cultural.

No eixo dedicado à exposição “Mulheres Educadoras”, as atividades ocuparam vários espaços da biblioteca municipal, ressignificando seus usos na

mediação didática ao longo da exposição. O percurso proposto pelos graduandos permitiu que os estudantes das séries iniciais pensassem sobre os desafios cotidianos das trabalhadoras da educação, a partir de temas como a jornada dupla, a persistência e a superação profissional/pessoal. Nesse contexto, destacamos a participação de uma das crianças, ao compartilhar sobre a sobrecarga de sua mãe, também professora, cujas tarefas levadas para o ambiente doméstico limitavam o tempo de convivência familiar. O encerramento da visita foi marcado pela elaboração de desenhos e mensagens destinados às educadoras das escolas das crianças.

Paralelamente, na mostra “Mulheres Educadoras”, a amplitude do espaço do Museu de Arte foi aproveitada para concentrar o percurso expositivo e a realização de oficinas em um mesmo ambiente. Nas mediações didáticas, os graduandos priorizaram destacar as especificidades das expressões artísticas e as formas de resistência particulares ao contexto do interior, culminando na realização de oficinas que envolveram o público infantil em práticas mediadas por duas artistas, uma trancista e outra, fotógrafa.

Um dos momentos marcantes da experiência foi quando uma das homenageadas, hoje aposentada, acompanhou a visita de turmas de sua antiga escola. A presença física educadora criou um momento de intensidade e comoveu todos os participantes (crianças, professores, graduandos).

Ao longo de seis dias de intensa atividade, as visitas escolares envolveram 255 crianças, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, abrangendo quatro unidades escolares. Essa ação, desenvolvida na edição de 2025, foi concebida e organizada no âmbito da disciplina Patrimônio, Educação e Ação Cultural, do professor Eduardo Romero de Oliveira, mas contou, igualmente, com o trabalho em oficinas formativas ofertadas pelos seguintes docentes: Thiago Granja Belieiro, Luciana de Fátima Marinho Evangelista, Ronaldo Cardoso Alves, Ana Carolina Cortez Noronha, Pedro Parga Rodrigues e Taís Temporim de Almeida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos um paradoxo. Se o passado e a História, em nossa contemporaneidade, ocupam lugar cada vez mais evidente na esfera pública,

observamos que, apesar disso, as carências de orientação temporal se tornam cada vez mais complexas diante de usos políticos e ideológicos do passado, de revisionismos históricos, da aceleração do tempo histórico e da consequente perda de consciência histórica em um suposto presente eterno representado pelo presentismo e pelo atualismo. Nesse cenário, os historiadores e os professores de História têm sua importância acrescida, e a profissionalização do historiador e a ascensão da História Pública parecem sintomas dessa febre por História em nossa historicidade. A nosso ver, as melhores ferramentas para se lidar com essa crescente complexidade que a História assume nessas primeiras décadas do século XXI estão assentadas no campo de experiência da Teoria da História e da Didática da História.

São os métodos da pesquisa historiográfica, construídos nos últimos dois séculos, que devem subsidiar, cada vez mais, a formação de professores de História, por um lado, e o ensino de História na Educação Básica, por outro. Desse modo, a sinergia entre a Teoria da História e a Didática da História, com sua base epistemológica, oferecem soluções epistêmicas e teórico-práticas capazes de fazer da curricularização da extensão universitária um *locus* de formação de professores que privilegie a formação do historiador em completa sinergia com a formação do professor de História, estabelecendo um horizonte de expectativas na formação de professores em que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão seja promotora de consciência histórica cientificamente qualificada.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ronaldo Cardoso. **Aprender História com Sentido para a Vida: consciência histórica em estudantes brasileiros e portugueses**. 1. ed. Curitiba: EDITORA CRV, 2021. v. 1. 306p.
- ALVES, Ronaldo Cardoso. Ensino de História e História Pública: conhecimento histórico e seu papel social. **Diálogos (On-line)**, v. 22, p. 20-31, 2018.
- AMORIM, É. O. Ensino de História: como a extensão universitária potencializa a formação profissional. **Revista História Hoje**, [s. l.], v. 6, n. 11, p. 172, 2017.

ALBIERI, Sara. História Pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à História Pública**. São Paulo, Letra e Voz, 2011.

BEVERNAGE, Berber. Time, Presence, and Historical Injustice. *History and Theory*, v. 47, p. 149-167, 2008.

BENTO, Cida. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei Nº 14.038, de 17 de agosto de 2020**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências. 2020.

BARBOZA, E. H. L.; MARIZ, S. F. Extensão universitária, formação de professores e ensino de História no Brasil: abordagens, legislação e desafios. **Vozes, Pretérito e Devir**, [s. l.], v. XII, n. II, 2021.

BELIEIRO, Thiago Granja; MEINERZ, Marcos Eduardo. Que História Pública fazemos? Reflexões teóricas, metodologias de pesquisa e institucionalização da História Pública brasileira no Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão (UNESPAR). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 42, 2026.

CAUVIN, T. A ascensão da História Pública: uma perspectiva internacional. **Revista NUPEM**, [s. l.], v. 11, n. 23, p. 8–28, 2019.

CAUVIN, Thomas. Campo Nuevo, Prácticas Viejas: Promesas y desafíos de la Historia Pública. **Hispana Nova: Revista de Historia Contemporanea**. N. 1, 2020.

CAIMI, Flávia Eloisa. O que precisa saber um professor de História? **História & Ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 105-124, jul./dez. 2015.

FAGUNDES, B. F. L. História Pública brasileira e internacional: seu desenvolvimento no tempo, possíveis consensos e dissensos. **Revista NUPEM**, [s. l.], v. 11, n. 23, p. 29–47, 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino da História, a formação de professores e a Pós-graduação. **Anos 90**, 23(44), 21–50, 2017.

GUMBRECHT, H. U. **Production of presence**: what meaning cannot convey. Stanford: Stanford University Press, 2004.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Tradução de Andréa S. V. de Menezes e Lindomar W. de Oliveira. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Tradução de Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ITAÚ CULTURAL. Centro de Memória, Documentação e Referência. **Ocupação Conceição Evaristo**. Organização: Itaú Cultural. São Paulo: Itaú Cultural, 2017.

ITAÚ CULTURAL. **Zine Camundongo #12: Conceição Evaristo**. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. (Série O Mundo de Bartô).

KALLÁS, Ana Lima. Usos públicos da história: origens do debate e desdobramentos no ensino de história. **Revista História Hoje**, v. 6, nº 12, p. 130-157 – 2017.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; Revisão de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto & Ed. PUC-Rio, 2006.

LEE, Peter; DICKINSON, Alaric; ASHBY, Rosalyn. Project CHATA: Empathy, Perspective Taking and Rational Understanding. **Teaching History**, n. 82, p. 10-15, jan. 1996.

LEE, Peter. Consciência histórica e a história das crianças. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 11-30, jan./jun. 2004.

LEITE, Maria Isabel. O museu e a criança, relações. IN: **Encontro Internacional Diálogos em Educação**, Museu e Arte. Recife. ANAIS do Encontro Internacional Diálogos em Educação, Museu e Arte, 2010. p. 1-5.

MARTINS, Estevão de Rezende. **Cultura e Poder**. 2ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MALERBA, J. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, [s. l.], v. 7, n. 15, p. 27–50, 2014.

MENESES, José Newton Coelho. Todo patrimônio é uma forma de história pública? In: MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo, BORGES, Viviane Trindade. **Que História Pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Andressa Garcia Pinheiro de. **A criança e a relação com o conhecimento: a aprendizagem histórica na Educação Infantil**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

OLIVEIRA, Andressa Garcia Pinheiro de. Aprendizagem histórica na perspectiva da práxis: contribuições para o ensino e a aprendizagem de história na Educação Infantil. **MÉTIS – história & cultura** v. 19, n. 38, p. 98-122, jul./dez. 2020.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. Os usos abusivos da historiografia profissional pelos negacionismos históricos no Brasil em tempos de crise democrática: o caso do “Guia politicamente incorreto da história do Brasil”. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1–27, 2020.

ROSENZWEIG, Roy. Everyone as a historian. In: ROSENZWEIG, Roy; THELEN, David. **The Presence of the Past: Popular Uses of History in American Life**. New York: Columbia University Press, 1998. p. 347-358.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniê R. DE; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. 1ª edição ed. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2016.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

RÜSEN, Jörn. **História Viva - Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UnB, 2007.

RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. Tradução: Ana Claudia Urban e Flávia Vanessa Starcke. Revisão: Maria Auxiliadora Schmidt. In: BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Editora UFPR, 2010, p. 51-77.

RÜSEN, Jörn. O que é a Cultura Histórica? Reflexões sobre uma nova maneira de abordar a História. In: RÜSEN, Jörn. **Contribuições para uma teoria da didática da história**. Organização de Maria Auxiliadora Schmidt e Estevão de Resende Martins. Curitiba: W. A. Editores Ltda., 2016. p. 53-84.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SIMON, Zoltán Boldizsár. **Os teóricos da história têm uma teoria da história?** Reflexões sobre uma não-disciplina. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

UNESP. Faculdade de Ciências e Letras (Câmpus de Assis)]. **Projeto de Extensão: Quando a cultura escreve sua História: História da cultura no município de Assis**. Assis, UNESP, 2025.

VARELLA, Flávia, MOLLO, Helena Miranda, PEREIRA, Mateus H. F. MATA, Sergio da. **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

ZIMMERMAN, Ana Carolina. O revisionismo histórico nas comemorações do golpe civil-militar de 1964 durante o governo Bolsonaro (2019-2022): heranças autoritárias e encerramento do passado. **Hist. Historiogr.**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, e2003, p. 1-25, 2023. ISSN 1983-9928

